

ÍNDICE GERAL

▪ CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DA CRFB/1988 E DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS	23
ÍNDICE SISTEMÁTICO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	73
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	75
ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS	169
EMENDAS CONSTITUCIONAIS	194

▪ CÓDIGO PENAL

ÍNDICE ANALÍTICO DO CÓDIGO PENAL	221
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO PENAL	225
LEI DE INTRODUÇÃO AO CÓDIGO PENAL – DECRETO-LEI N. 3.914, DE 09 DE DEZEMBRO DE 1941	250
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DA NOVA PARTE GERAL DO CÓDIGO PENAL – LEI N. 7.209, DE 11 DE JULHO DE 1984	252
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DA PARTE ESPECIAL DO CÓDIGO PENAL – DECRETO-LEI N. 2.848, DE 07 DE DEZEMBRO DE 1940	260
ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO PENAL	271
CÓDIGO PENAL – DECRETO-LEI N. 2.848, DE 07 DE DEZEMBRO DE 1940	273

▪ CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

ÍNDICE ANALÍTICO DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL	325
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL	328
LEI DE INTRODUÇÃO AO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL – DECRETO-LEI N. 3.931, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1941	358
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL	360
ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL	366
CÓDIGO DE PROCESSO PENAL – DECRETO-LEI N. 3.689, DE 03 DE OUTUBRO DE 1941	369

▪ LEI DAS CONTRAVENÇÕES PENAIS – LEI DE EXECUÇÃO PENAL

LEI DAS CONTRAVENÇÕES PENAIS – DECRETO-LEI Nº 3.688, DE 3 DE OUTUBRO DE 1941	445
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 213, DE 9 DE MAIO DE 1983	450
LEI DE EXECUÇÃO PENAL – LEI Nº 7.210, DE 11 DE JULHO DE 1984	462

▪ LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR

LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR	484
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DA LEGISLAÇÃO	1207

▪ SÚMULAS

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – SÚMULAS VINCULANTES	1217
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – SÚMULAS	1218
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – SÚMULAS	1222
TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS (EXTINTO) – SÚMULAS	1227
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO – ENUNCIADOS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES (STF – STJ)	1228

ÍNDICE CRONOLÓGICO

Normas Organizadas Cronologicamente

■ DECRETOS

DECRETO Nº 325, DE 1º DE NOVEMBRO DE 1991	665
<i>Disciplina a comunicação, ao Ministério Público Federal, da prática de ilícitos penais previstos na legislação tributária e de crime funcional contra a ordem tributária e dá outras providências.</i>	
DECRETO Nº 678, DE 6 DE NOVEMBRO DE 1992.....	675
<i>Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969.</i>	
DECRETO Nº 983, DE 12 DE NOVEMBRO DE 1993.....	694
<i>Dispõe sobre a colaboração dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal com o Ministério Público Federal na repressão a todas as formas de improbidade administrativa.</i>	
DECRETO Nº 2.626, DE 15 DE JUNHO DE 1998.....	781
<i>Promulga o Protocolo de Medidas Cautelares, concluído em Ouro Preto, em 16 de dezembro de 1994.</i>	
DECRETO Nº 4.388, DE 25 DE SETEMBRO DE 2002	808
<i>Promulga o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional.</i>	
DECRETO Nº 5.912, DE 27 DE SETEMBRO DE 2006.....	879
<i>Regulamenta a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, que trata das políticas públicas sobre drogas e da instituição do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – SISNAD, e dá outras providências.</i>	
DECRETO Nº 6.049, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2007 (EXCERTOS)	884
<i>Aprova o Regulamento Penitenciário Federal.</i>	
DECRETO Nº 6.488, DE 19 DE JUNHO DE 2008.....	894
<i>Regulamenta os arts. 276 e 306 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, disciplinando a margem de tolerância de álcool no sangue e a equivalência entre os distintos testes de alcoolemia para efeitos de crime de trânsito.</i>	
DECRETO Nº 7.627, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2011	906
<i>Regulamenta a monitoração eletrônica de pessoas prevista no Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, e na Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal.</i>	
DECRETO Nº 7.950, DE 12 DE MARÇO DE 2013.....	912
<i>Institui o Banco Nacional de Perfis Genéticos e a Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos.</i>	
DECRETO Nº 8.858, DE 26 DE SETEMBRO DE 2016.....	1037
<i>Regulamenta o disposto no art. 199 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal.</i>	
DECRETO Nº 9.579, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2018 (EXCERTOS)	1064
<i>Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo federal que dispõem sobre a temática do lactente, da criança e do adolescente e do aprendiz, e sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente e os programas federais da criança e do adolescente, e dá outras providências.</i>	
DECRETO Nº 9.825, DE 5 DE JUNHO DE 2019.....	1070
<i>Regulamenta a Lei nº 13.810, de 8 de março de 2019, para dispor sobre o cumprimento de sanções impostas por resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas e por designações de seus comitês de sanções, incluída a indisponibilidade de ativos de pessoas naturais e jurídicas e de entidades, e a designação nacional de pessoas investigadas ou acusadas de terrorismo, de seu financiamento ou de atos a ele correlacionados.</i>	
DECRETO Nº 9.847, DE 25 DE JUNHO DE 2019.....	1075
<i>Regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a aquisição, o cadastro, o registro, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição e sobre o Sistema Nacional de Armas e o Sistema de Gerenciamento Militar de Armas.</i>	
DECRETO Nº 10.030, DE 30 DE SETEMBRO DE 2019	1081
<i>Aprova o Regulamento de Produtos Controlados.</i>	
DECRETO Nº 11.480, DE 6 DE ABRIL DE 2023	1155
<i>Dispõe sobre o Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas.</i>	
DECRETO Nº 11.615, DE 21 DE JULHO DE 2023	1158
<i>Regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para estabelecer regras e procedimentos relativos à aquisição, ao registro, à posse, ao porte, ao cadastro e à comercialização nacional de armas de fogo, munições e acessórios, disciplinar as atividades de caça excepcional, de caça de subsistência, de tiro desportivo e de colecionamento de armas de fogo, munições e acessórios, disciplinar o funcionamento das entidades de tiro desportivo e dispor sobre a estruturação do Sistema Nacional de Armas – Sinarm.</i>	

DECRETO Nº 11.843, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2023.....	1181
<i>Regulamenta a assistência à pessoa egressa de que tratam os art. 10, art. 11, art. 25, art. 26 e art. 27 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, e institui a Política Nacional de Atenção à Pessoa Egressa do Sistema Prisional.</i>	
■ DECRETOS-LEIS	
DECRETO-LEI Nº 3.240, DE 8 DE MAIO DE 1941	484
<i>Sujeita a sequestro os bens de pessoas indiciadas por crimes de que resulta prejuízo para a Fazenda Pública, e outros.</i>	
DECRETO-LEI Nº 4.657, DE 4 DE SETEMBRO DE 1942.....	484
<i>Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro</i>	
DECRETO-LEI Nº 6.259, DE 10 DE FEVEREIRO DE 1944 (EXCERTOS)	487
<i>Dispõe sobre o serviço de loterias, e dá outras providências.</i>	
DECRETO-LEI Nº 201, DE 27 DE FEVEREIRO DE 1967	518
<i>Dispõe sobre a responsabilidade dos prefeitos e vereadores, e dá outras providências.</i>	
DECRETO-LEI Nº 552, DE 25 DE ABRIL DE 1969.....	522
<i>Dispõe sobre a concessão de vista ao Ministério Público nos processos de "habeas corpus".</i>	
DECRETO-LEI Nº 1.001, DE 21 DE OUTUBRO DE 1969	522
<i>Código Penal Militar</i>	
DECRETO-LEI Nº 1.002, DE 21 DE OUTUBRO DE 1969	558
<i>Código de Processo Penal Militar</i>	
■ EMENDAS CONSTITUCIONAIS	
EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 2, DE 25 DE AGOSTO DE 1992	194
<i>Dispõe sobre o plebiscito previsto no art. 2º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.</i>	
EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 3, DE 17 DE MARÇO DE 1993	194
<i>Altera dispositivos da Constituição.</i>	
EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 17, DE 22 DE NOVEMBRO DE 1997	194
<i>Altera dispositivos dos arts. 71 e 72 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzidos pela Emenda Constitucional de Revisão nº 1, de 1994.</i>	
EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 19, DE 4 DE JUNHO DE 1998.....	195
<i>Modifica o regime e dispõe sobre princípios e normas da Administração Pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal, e dá outras providências.</i>	
EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 20, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1998.....	196
<i>Modifica o sistema de previdência social, estabelece normas de transição e dá outras providências.</i>	
EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 24, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1999.....	197
<i>Altera dispositivos da Constituição Federal pertinentes à representação classistas na Justiça do Trabalho.</i>	
EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 32, DE 11 DE SETEMBRO DE 2001	197
<i>Altera dispositivos dos arts. 48, 57, 61, 62, 64, 66, 84, 88 e 246 da Constituição Federal, e dá outras providências.</i>	
EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 33, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2001	198
<i>Altera os arts. 149, 155 e 177 da Constituição Federal.</i>	
EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 41, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2003.....	198
<i>Modifica os arts. 37, 40, 42, 48, 96, 149 e 201 da Constituição Federal, revoga o inciso IX do § 3 do art. 142 da Constituição Federal e dispositivos da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, e dá outras providências.</i>	
EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 42, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2003	200
<i>Altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências.</i>	
EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 45, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2004.....	200
<i>Altera dispositivos dos arts. 5º, 36, 52, 92, 93, 95, 98, 99, 102, 103, 104, 105, 107, 109, 111, 112, 114, 115, 125, 126, 127, 128, 129, 134 e 168 da Constituição Federal, e acrescenta os arts. 103-A, 103B, 111-A e 130-A, e dá outras providências.</i>	
EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 47, DE 5 DE JULHO DE 2005	201
<i>Altera os arts. 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a previdência social, e dá outras providências.</i>	
EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 51, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2006	201
<i>Acrescenta os §§ 4º, 5º e 6º ao art. 198 da Constituição Federal.</i>	
EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 53, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2006.....	201
<i>Dá nova redação aos arts. 7º, 23, 30, 206, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.</i>	
EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 55, DE 20 DE SETEMBRO DE 2007	202
<i>Altera o art. 159 da Constituição Federal, aumentando a entrega de recursos pela União ao Fundo de Participação dos Municípios.</i>	

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 62, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2009.....	202
<i>Altera o art. 100 da Constituição Federal e acrescenta o art. 97 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, instituindo regime especial de pagamento de precatórios pelos Estados, Distrito Federal e Municípios.</i>	
EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 67, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010.....	202
<i>Prorroga, por tempo indeterminado, o prazo de vigência do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.</i>	
EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 69, DE 29 DE MARÇO DE 2012.....	202
<i>Altera os arts. 21, 22 e 48 da Constituição Federal, para transferir da União para o Distrito Federal as atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.</i>	
EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 70, DE 29 DE MARÇO DE 2012.....	203
<i>Acréscita art. 6º-A à Emenda Constitucional nº 41, de 2003, para estabelecer critérios para o cálculo e a correção dos proventos da aposentadoria por invalidez dos servidores públicos que ingressaram no serviço público até a data da publicação daquela Emenda Constitucional.</i>	
EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 73, DE 6 DE JUNHO DE 2013.....	203
<i>Cria os Tribunais Regionais Federais da 6ª, 7ª, 8ª e 9ª Regiões.</i>	
EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 78, DE 14 DE MAIO DE 2014.....	203
<i>Acréscita art. 54-A ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para dispor sobre indenização devida aos seringueiros de que trata o art. 54 desse Ato.</i>	
EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 79, DE 27 DE MAIO DE 2014.....	203
<i>Altera o art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998, para prever a inclusão, em quadro em extinção da Administração Federal, de servidores e policiais militares admitidos pelos Estados do Amapá e de Roraima, na fase de instalação dessas unidades federadas, e dá outras providências.</i>	
EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 84, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2014.....	204
<i>Altera o art. 159 da Constituição Federal para aumentar a entrega de recursos pela União para o Fundo de Participação dos Municípios.</i>	
EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 86, DE 17 DE MARÇO DE 2015.....	204
<i>Altera os arts. 165, 166 e 198 da Constituição Federal, para tornar obrigatória a execução da programação orçamentária que especifica.</i>	
EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 91, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2016.....	204
<i>Altera a Constituição Federal para estabelecer a possibilidade, excepcional e em período determinado, de desfiliação partidária, sem prejuízo do mandato.</i>	
EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 97, DE 4 DE OUTUBRO DE 2017.....	205
<i>Altera a Constituição Federal para vedar as coligações partidárias nas eleições proporcionais, estabelecer normas sobre acesso dos partidos políticos aos recursos do fundo partidário e ao tempo de propaganda gratuito no rádio e na televisão e dispor sobre regras de transição</i>	
EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 98, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2017.....	205
<i>Altera o art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998, para prever a inclusão, em quadro em extinção da administração pública federal, de servidor público, de integrante da carreira de policial, civil ou militar, e de pessoa que haja mantido relação ou vínculo funcional, empregatício, estatutário ou de trabalho com a administração pública dos ex-Territórios ou dos Estados do Amapá ou de Roraima, inclusive suas prefeituras, na fase de instalação dessas unidades federadas, e dá outras providências.</i>	
EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 100, DE 26 DE JUNHO DE 2019.....	206
<i>Altera os arts. 165 e 166 da Constituição Federal para tornar obrigatória a execução da programação orçamentária proveniente de emendas de bancada de parlamentares de Estado ou do Distrito Federal.</i>	
EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 102, DE 26 DE SETEMBRO DE 2019.....	206
<i>Dá nova redação ao art. 20 da Constituição Federal e altera o art. 165 da Constituição Federal e o art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.</i>	
EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 103, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.....	206
<i>Altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias.</i>	
EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 104, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2019.....	214
<i>Altera o inciso XIV do caput do art. 21, o § 4º do art. 32 e o art. 144 da Constituição Federal, para criar as polícias penais federal, estaduais e distrital.</i>	
EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 105, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2019.....	215
<i>Acréscita o art. 166-A à Constituição Federal, para autorizar a transferência de recursos federais a Estados, ao Distrito Federal e a Municípios mediante emendas ao projeto de lei orçamentária anual.</i>	
EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 106, DE 7 DE MAIO DE 2020.....	215
<i>Institui regime extraordinário fiscal, financeiro e de contratações para enfrentamento de calamidade pública nacional decorrente de pandemia.</i>	
EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 108, DE 26 DE AGOSTO DE 2020.....	216
<i>Altera a Constituição Federal para estabelecer critérios de distribuição da cota municipal do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), para disciplinar a disponibilização de dados contábeis pelos entes federados, para tratar do planejamento na ordem social e para dispor sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb); altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; e dá outras providências.</i>	

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 109, DE 15 DE MARÇO DE 2021	216
<i>Altera os arts. 29-A, 37, 49, 84, 163, 165, 167, 168 e 169 da Constituição Federal e os arts. 101 e 109 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; acrescenta à Constituição Federal os arts. 164-A, 167-A, 167-B, 167-C, 167-D, 167-E, 167-F e 167-G; revoga dispositivos do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e institui regras transitórias sobre redução de benefícios tributários; desvincula parcialmente o superávit financeiro de fundos públicos; e suspende condicionalidades para realização de despesas com concessão de auxílio emergencial residual para enfrentar as consequências sociais e econômicas da pandemia da Covid-19.</i>	
▪ LEIS	
LEI Nº 1.060, DE 5 DE FEVEREIRO DE 1950	489
<i>Estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados.</i>	
LEI Nº 1.079, DE 10 DE ABRIL DE 1950	490
<i>Define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento.</i>	
LEI Nº 1.408, DE 9 DE AGOSTO DE 1951	496
<i>Prorroga vencimento de prazos judiciais e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 1.508, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1951	497
<i>Regula o processo das contravenções definidas nos artigos 58 e 60 do Decreto-lei nº 2.259, de 10 de fevereiro de 1944.</i>	
LEI Nº 1.521, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1951	497
<i>Altera dispositivos da legislação vigente sobre crimes contra a economia popular.</i>	
LEI Nº 1.579, DE 18 DE MARÇO DE 1952	499
<i>Dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito.</i>	
LEI Nº 2.889, DE 1º DE OUTUBRO DE 1956	500
<i>Define e pune o crime de genocídio.</i>	
LEI Nº 4.117, DE 27 DE AGOSTO DE 1962 (EXCERTOS)	500
<i>Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.</i>	
LEI Nº 4.591, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1964 (EXCERTOS)	502
<i>Dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias.</i>	
LEI Nº 4.595, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1964 (EXCERTOS)	503
<i>Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 4.729, DE 14 DE JULHO DE 1965	504
<i>Define o crime de sonegação fiscal e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 4.737, DE 15 DE JULHO DE 1965 (EXCERTOS)	505
<i>Institui o Código Eleitoral.</i>	
LEI Nº 5.010, DE 30 DE MAIO DE 1966	511
<i>Organiza a Justiça Federal de primeira instância, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 5.256, DE 6 DE ABRIL DE 1967	520
<i>Dispõe sobre a prisão especial.</i>	
LEI Nº 5.478, DE 25 DE JULHO DE 1968 (EXCERTOS)	521
<i>Dispõe sobre ação de alimentos e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 5.553, DE 6 DE DEZEMBRO DE 1968	522
<i>Dispõe sobre a apresentação e uso de documentos de identificação pessoal.</i>	
LEI Nº 5.970, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1973	616
<i>Exclui da aplicação do disposto nos artigos 6º, inciso I, 64 e 169, do Código de Processo Penal, os casos de acidente de trânsito, e, dá outras providências.</i>	
LEI Nº 6.001, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1973 (EXCERTOS)	616
<i>Dispõe sobre o Estatuto do Índio.</i>	
LEI Nº 6.385, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1976 (EXCERTOS)	617
<i>Dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários.</i>	
LEI Nº 6.453, DE 17 DE OUTUBRO DE 1977 (EXCERTOS)	619
<i>Dispõe sobre a responsabilidade civil por danos nucleares e a responsabilidade criminal por atos relacionados com atividades nucleares e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 6.538, DE 22 DE JUNHO DE 1978 (EXCERTOS)	619
<i>Dispõe sobre os Serviços Postais.</i>	
LEI Nº 6.766, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1979 (EXCERTOS)	622
<i>Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências.</i>	

LEI Nº 7.106, DE 28 DE JUNHO DE 1983	623
<i>Define os crimes de responsabilidade do governador do Distrito Federal, dos governadores dos Territórios Federais e de seus respectivos secretários, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 7.209, DE 11 DE JULHO DE 1984	624
<i>Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 7.347, DE 24 DE JULHO DE 1985 (EXCERTOS)	624
<i>Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (vetado) e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 7.492, DE 16 DE JUNHO DE 1986	625
<i>Define os crimes contra o Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 7.716, DE 5 DE JANEIRO DE 1989	627
<i>Define os crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor.</i>	
LEI Nº 7.853, DE 24 DE OUTUBRO DE 1989 (EXCERTOS)	629
<i>Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 7.960, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1989	629
<i>Dispõe sobre prisão temporária.</i>	
LEI Nº 8.038, DE 28 DE MAIO DE 1990 (EXCERTOS)	632
<i>Institui normas procedimentais para os processos que especifica, perante o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal.</i>	
LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990 (EXCERTOS)	634
<i>Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.072, DE 25 DE JULHO DE 1990	656
<i>Dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências.</i>	
LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990 (EXCERTOS)	657
<i>Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.137, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1990	661
<i>Define crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.176, DE 8 DE FEVEREIRO DE 1991	663
<i>Define crimes contra a ordem econômica e cria o Sistema de Estoques de Combustíveis.</i>	
LEI Nº 8.245, DE 18 DE OUTUBRO DE 1991 (EXCERTOS)	664
<i>Dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos e os procedimentos a elas pertinentes.</i>	
LEI Nº 8.257, DE 26 DE NOVEMBRO DE 1991	666
<i>Dispõe sobre a expropriação das glebas nas quais se localizem culturas ilegais de plantas psicotrópicas e dá outras providências</i>	
LEI Nº 8.429, DE 2 DE JUNHO DE 1992	667
<i>Dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.625, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1993	685
<i>Institui a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, dispõe sobre normas gerais para a organização do Ministério Público dos Estados e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.658, DE 26 DE MAIO DE 1993	694
<i>Dispõe sobre a aplicação, nos Tribunais de Justiça e nos Tribunais Regionais Federais, das normas da Lei nº 8.038, de 28 de maio de 1990, sobre ações penais originárias.</i>	
LEI Nº 8.906, DE 4 DE JULHO DE 1994	714
<i>Dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).</i>	
LEI Nº 9.029, DE 13 DE ABRIL DE 1995	737
<i>Proíbe a exigência de atestados de gravidez e esterilização, e outras práticas discriminatórias, para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.099, DE 26 DE SETEMBRO DE 1995	738
<i>Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.249, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1995 (EXCERTOS)	745
<i>Altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como da contribuição social sobre o lucro líquido, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.263, DE 12 DE JANEIRO DE 1996 (EXCERTOS)	745
<i>Regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.279, DE 14 DE MAIO DE 1996 (EXCERTOS)	746
<i>Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial.</i>	

LEI Nº 9.296, DE 24 DE JULHO DE 1996.....	751
<i>Regulamenta o inciso XII, parte final, do art. 5º da Constituição Federal.</i>	
LEI Nº 9.430, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1996 (EXCERTOS)	752
<i>Dispõe sobre a legislação tributária federal, as contribuições para a seguridade social, o processo administrativo de consulta e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.434, DE 4 DE FEVEREIRO DE 1997 (EXCERTOS).....	752
<i>Dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.455, DE 7 DE ABRIL DE 1997.....	755
<i>Define os crimes de tortura e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.472, DE 16 DE JULHO DE 1997 (EXCERTOS)	755
<i>Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.</i>	
LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997 (EXCERTOS)	757
<i>Institui o Código de Trânsito Brasileiro.</i>	
LEI Nº 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997 (EXCERTOS)	761
<i>Estabelece normas para as eleições.</i>	
LEI Nº 9.507, DE 12 DE NOVEMBRO DE 1997	766
<i>Regula o direito de acesso a informações e disciplina o rito processual do habeas data.</i>	
LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998.....	767
<i>Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.609, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998 (EXCERTOS)	775
<i>Dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador, sua comercialização no País, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.613, DE 3 DE MARÇO DE 1998	776
<i>Dispõe sobre os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.800, DE 26 DE MAIO DE 1999.....	783
<i>Permite às partes a utilização de sistema de transmissão de dados para a prática de atos processuais.</i>	
LEI Nº 9.807, DE 13 DE JULHO DE 1999.....	784
<i>Estabelece normas para a organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas, institui o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas e dispõe sobre a proteção de acusados ou condenados que tenham voluntariamente prestado efetiva colaboração à investigação policial e ao processo criminal.</i>	
LEI Nº 9.868, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1999 (EXCERTOS).....	786
<i>Dispõe sobre o processo e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.</i>	
LEI Nº 9.882, DE 3 DE DEZEMBRO DE 1999	789
<i>Dispõe sobre o processo e julgamento da arguição de descumprimento de preceito fundamental, nos termos do § 1º do art. 102 da Constituição Federal.</i>	
LEI Nº 10.001, DE 04 DE SETEMBRO DE 2000.....	790
<i>Dispõe sobre a prioridade nos procedimentos a serem adotados pelo Ministério Público e por outros órgãos a respeito das conclusões das comissões parlamentares de inquérito.</i>	
LEI Nº 10.216, DE 6 DE ABRIL DE 2001	792
<i>Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental.</i>	
LEI Nº 10.259, DE 12 DE JULHO DE 2001	793
<i>Dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal.</i>	
LEI Nº 10.300, DE 31 DE OUTUBRO DE 2001	795
<i>Proíbe o emprego, o desenvolvimento, a fabricação, a comercialização, a importação, a exportação, a aquisição, a estocagem, a retenção ou a transferência, direta ou indiretamente, de minas terrestres antipessoal.</i>	
LEI Nº 10.446, DE 8 DE MAIO DE 2002.....	796
<i>Dispõe sobre infrações penais de repercussão interestadual ou internacional que exigem repressão uniforme, para os fins do disposto no inciso I do § 1º do art. 144 da Constituição.</i>	
LEI Nº 10.522, DE 19 DE JULHO DE 2002	796
<i>Dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 10.684, DE 30 DE MAIO DE 2003 (EXCERTOS).....	838
<i>Altera a legislação tributária, dispõe sobre parcelamento de débitos junto à Secretaria da Receita Federal, à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e ao Instituto Nacional do Seguro Social e dá outras providências.</i>	

LEI Nº 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003 (EXCERTOS)	838
<i>Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 10.792, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2003	844
<i>Altera a Lei nº 7.210, de 11 de junho de 1984 – Lei de Execução Penal e o Decreto-Lei 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 10.826, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003	845
<i>Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – SINARM, define crimes e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 11.101, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2005 (EXCERTOS)	851
<i>Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária.</i>	
LEI Nº 11.105, DE 24 DE MARÇO DE 2005 (EXCERTOS)	857
<i>Regulamenta os incisos II, IV e V do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados – OGM e seus derivados, cria o Conselho Nacional de Biossegurança – CNBS, reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio, dispõe sobre a Política Nacional de Biossegurança – PNB, revoga a Lei nº 8.974, de 5 de janeiro de 1995, e a Medida Provisória nº 2.191-9, de 23 de agosto de 2001, e os arts. 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10 e 16 da Lei nº 10.814, de 15 de dezembro de 2003, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 11.254, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2005	861
<i>Estabelece as sanções administrativas e penais em caso de realização de atividades proibidas pela Convenção Internacional sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção, Estocagem e Uso das Armas Químicas e sobre a Destruição das Armas Químicas existentes no mundo (CPAQ).</i>	
LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006	861
<i>Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 11.343, DE 23 DE AGOSTO DE 2006	868
<i>Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 11.417, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2006 (EXCERTOS)	881
<i>Regulamenta o art. 103-A da Constituição Federal e altera a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, disciplinando a edição, a revisão e o cancelamento de enunciado de súmula vinculante pelo Supremo Tribunal Federal, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 11.419, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2006 (EXCERTOS)	882
<i>Dispõe sobre a informatização do processo judicial; altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 11.636, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2007	892
<i>Dispõe sobre as custas judiciais devidas no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.</i>	
LEI Nº 11.671, DE 8 DE MAIO DE 2008	893
<i>Dispõe sobre a transferência e inclusão de presos em estabelecimentos penais federais de segurança máxima e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 11.705, DE 19 DE JUNHO DE 2008 (EXCERTOS)	895
<i>Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, e a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal, para inibir o consumo de bebida alcoólica por condutor de veículo automotor, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.016, DE 7 DE AGOSTO DE 2009	895
<i>Disciplina o mandado de segurança individual e coletivo e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.030, DE 17 DE SETEMBRO DE 2009	898
<i>Dispõe sobre as perícias oficiais e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.037, DE 1º DE OUTUBRO DE 2009	898
<i>Dispõe sobre a identificação criminal do civilmente identificado, regulamentando o art. 5º, inciso LVIII, da Constituição Federal.</i>	
LEI Nº 12.288, DE 20 DE JULHO DE 2010	900
<i>Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003.</i>	
LEI Nº 12.594, DE 18 DE JANEIRO DE 2012 (EXCERTOS)	906
<i>Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional; e altera as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, os Decretos-leis nºs 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.</i>	

LEI Nº 12.694, DE 24 DE JULHO DE 2012	910
<i>Dispõe sobre o processo e o julgamento colegiado em primeiro grau de jurisdição de crimes praticados por organizações criminosas; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, e as Leis nºs 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, e 10.826, de 22 de dezembro de 2003; e dá outras providências</i>	
LEI Nº 12.714, DE 14 DE SETEMBRO DE 2012	911
<i>Dispõe sobre o sistema de acompanhamento da execução das penas, da prisão cautelar e da medida de segurança.</i>	
LEI Nº 12.830, DE 20 DE JUNHO DE 2013	914
<i>Dispõe sobre a investigação criminal conduzida pelo delegado de polícia.</i>	
LEI Nº 12.845, DE 1º DE AGOSTO DE 2013	914
<i>Dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual.</i>	
LEI Nº 12.846, DE 1º DE AGOSTO DE 2013	915
<i>Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.847, DE 2 DE AGOSTO DE 2013	918
<i>Institui o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura; cria o Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura e o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.850, DE 2 DE AGOSTO DE 2013	921
<i>Define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); revoga a Lei nº 9.034, de 3 de maio de 1995; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.984, DE 2 DE JUNHO DE 2014	926
<i>Define o crime de discriminação dos portadores do vírus da imunodeficiência humana (HIV) e doentes de AIDS.</i>	
LEI Nº 13.022, DE 8 DE AGOSTO DE 2014	926
<i>Dispõe sobre o Estatuto Geral das Guardas Municipais</i>	
LEI Nº 13.105, DE 16 DE MARÇO DE 2015	928
<i>Código de Processo Civil.</i>	
LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015 (EXCERTOS)	1029
<i>Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).</i>	
LEI Nº 13.185, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2015	1032
<i>Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying).</i>	
LEI Nº 13.188, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2015	1033
<i>Dispõe sobre o direito de resposta ou retificação do ofendido em matéria divulgada, publicada ou transmitida por veículo de comunicação social.</i>	
LEI Nº 13.260, DE 16 DE MARÇO DE 2016	1034
<i>Regulamenta o disposto no inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal, disciplinando o terrorismo, tratando de disposições investigatórias e processuais e reformulando o conceito de organização terrorista; e altera as Leis nºs 7.960, de 21 de dezembro de 1989, e 12.850, de 2 de agosto de 2013.</i>	
LEI Nº 13.271, DE 15 DE ABRIL DE 2016	1035
<i>Dispõe sobre a proibição de revista íntima de funcionários nos locais de trabalho e trata da revista íntima em ambientes prisionais.</i>	
LEI Nº 13.300, DE 23 DE JUNHO DE 2016	1036
<i>Disciplina o processo e o julgamento dos mandados de injunção individual e coletivo e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 13.344, DE 6 DE OUTUBRO DE 2016	1037
<i>Dispõe sobre prevenção e repressão ao tráfico interno e internacional de pessoas e sobre medidas de atenção às vítimas; altera a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); e revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).</i>	
LEI Nº 13.431, DE 4 DE ABRIL DE 2017	1039
<i>Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).</i>	
LEI Nº 13.445, DE 24 DE MAIO DE 2017	1043
<i>Institui a Lei de Migração.</i>	
LEI Nº 13.675, DE 11 DE JUNHO DE 2018 (EXCERTOS)	1054
<i>Disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, nos termos do § 7º do art. 144 da Constituição Federal; cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS); institui o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP); altera a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, a Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, e a Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007; e revoga dispositivos da Lei nº 12.681, de 4 de julho de 2012.</i>	
LEI Nº 13.810, DE 8 DE MARÇO DE 2019	1067
<i>Dispõe sobre o cumprimento de sanções impostas por resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas, incluída a indisponibilidade de ativos de pessoas naturais e jurídicas e de entidades, e a designação nacional de pessoas investigadas ou acusadas de terrorismo, de seu financiamento ou de atos a ele correlacionados; e revoga a Lei nº 13.170, de 16 de outubro de 2015.</i>	

LEI Nº 13.869, DE 5 DE SETEMBRO DE 2019.....	1078
<i>Dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade; altera a Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989, a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994; e revoga a Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965, e dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).</i>	
LEI Nº 13.974, DE 7 DE JANEIRO DE 2020.....	1096
<i>Dispõe sobre o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), de que trata o art. 14 da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998.</i>	
LEI Nº 14.069, DE 1º DE OUTUBRO DE 2020.....	1098
<i>Cria o Cadastro Nacional de Pessoas Condenadas por Crime de Estupro.</i>	
LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021.....	1098
<i>Lei de Licitações e Contratos Administrativos</i>	
LEI Nº 14.188, DE 28 DE JULHO DE 2021.....	1139
<i>Define o programa de cooperação Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica como uma das medidas de enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher previstas na Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), e no Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), em todo o território nacional; e altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para modificar a modalidade da pena da lesão corporal simples cometida contra a mulher por razões da condição do sexo feminino e para criar o tipo penal de violência psicológica contra a mulher.</i>	
LEI Nº 14.344, DE 24 DE MAIO DE 2022.....	1149
<i>Cria mecanismos para a prevenção e o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente, nos termos do § 8º do art. 226 e do § 4º do art. 227 da Constituição Federal e das disposições específicas previstas em tratados, convenções ou acordos internacionais de que o Brasil seja parte; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis nºs 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de Crimes Hediondos), e 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 14.540, DE 3 DE ABRIL DE 2023.....	1154
<i>Institui o Programa de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual e demais Crimes contra a Dignidade Sexual e à Violência Sexual no âmbito da administração pública, direta e indireta, federal, estadual, distrital e municipal.</i>	
LEI Nº 14.597, DE 14 DE JUNHO DE 2023 (EXCERTOS).....	1157
<i>Institui a Lei Geral do Esporte.</i>	
LEI Nº 14.735, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2023.....	1173
<i>Institui a Lei Orgânica Nacional das Polícias Cíveis, dispõe sobre suas normas gerais de funcionamento e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 14.785, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2023.....	1183
<i>Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem, a rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e das embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, de produtos de controle ambiental, de seus produtos técnicos e afins; revoga as Leis nºs 7.802, de 11 de julho de 1989, e 9.974, de 6 de junho de 2000, e partes de anexos das Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 9.782, de 26 de janeiro de 1999.</i>	
LEI Nº 14.786, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2023.....	1195
<i>Cria o protocolo “Não é Não”, para prevenção ao constrangimento e à violência contra a mulher e para proteção à vítima; institui o selo “Não é Não – Mulheres Seguras”; e altera a Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023 (Lei Geral do Esporte).</i>	
LEI Nº 14.811, DE 12 DE JANEIRO DE 2024.....	1196
<i>Institui medidas de proteção à criança e ao adolescente contra a violência nos estabelecimentos educacionais ou similares, prevê a Política Nacional de Prevenção e Combate ao Abuso e Exploração Sexual da Criança e do Adolescente e altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis nºs 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), e 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).</i>	
LEI Nº 14.967, DE 9 DE SETEMBRO DE 2024.....	1197
<i>Institui o Estatuto da Segurança Privada e da Segurança das Instituições Financeiras; altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento), a Lei nº 10.446, de 8 de maio de 2002, a Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, a Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); revoga a Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, a Lei nº 8.863, de 28 de março de 1994, e dispositivos da Lei nº 11.718, de 20 de junho de 2008, da Lei nº 9.017, de 30 de março de 1995, e da Medida Provisória nº 2.184-23, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.</i>	
■ LEIS COMPLEMENTARES	
LEI COMPLEMENTAR Nº 64, DE 18 DE MAIO DE 1990 (EXCERTOS).....	630
<i>Estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º, da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação e determina outras providências.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 80, DE 12 DE JANEIRO DE 1994.....	695
<i>Organiza a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios e prescreve normas gerais para sua organização nos Estados, e dá outras providências.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 105, DE 10 DE JANEIRO DE 2001.....	790
<i>Dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras e dá outras providências.</i>	

■ PORTARIAS

PORTARIA MF Nº 75, DE 22 DE MARÇO DE 2012	909
<i>Dispõe sobre a inscrição de débitos na Dívida Ativa da União e o ajuizamento de execuções fiscais pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.</i>	
PORTARIA MJSP Nº 770, DE 11 DE OUTUBRO DE 2019	1095
<i>Dispõe sobre o impedimento de ingresso, a repatriação e a deportação de pessoa perigosa ou que tenha praticado ato contrário aos princípios e objetivos dispostos na Constituição Federal.</i>	

■ RESOLUÇÕES

RESOLUÇÃO Nº 02/2015, DO CONSELHO FEDERAL DA OAB	729
<i>Aprova o Código de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB.</i>	
RESOLUÇÃO CNJ Nº 417, DE 20 DE SETEMBRO DE 2021	1142
<i>Institui e regulamenta o Banco Nacional de Medidas Penais e Prisões (BNMP 3.0) e dá outras providências.</i>	

■ PROVIMENTO

PROVIMENTO CFOAB Nº 205/2021	1139
<i>Dispõe sobre a publicidade e a informação da advocacia.</i>	